SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

EDINA CRISTINA SILVA E SILVA

A REESTRUTURAÇÃO DO PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS DE ABAETETUBA: O CURRÍCULO EM QUESTÃO

Abaetetuba - Pará
2019

EDINA CRISTINA SILVA E SILVA

A REESTRUTURAÇÃO DO PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS DE ABAETETUBA: O CURRÍCULO EM QUESTÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de titulo de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará Campus Universitário de Abaetetuba, sob a orientação da Profª. Dra. Joyce Otânia Ribeiro.

Abaetetuba - Pará
2019

EDINA CRISTINA SILVA E SILVA

A REESTRUTURAÇÃO DO PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS DE ABAETETUBA: O CURRÍCULO EM QUESTÃO

Trabalho de conclusão de curso orientado pela Prof. Drª Joyce Otânia Ribeiro e apresentado a Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA) - Campus Universitário de Abaetetuba, como requisito parcial para obtenção do Grau em licenciatura plena em Pedagogia**.**

APROVADA EM: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Joyce O. S. Ribeiro – orientadora
Universidade Federal do Pará (UFPA)

_____

Profª. Drª. Vilma Nonato de Brício – examinadora
Diretora da Faculdade de Educação e Ciências Sociais-FAECS

_____

Prof. Dr. Jadson Fernando Garcia Gonçalves - examinador
Coordenador do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Abaetetuba-Pará
2019

DEDICATÓRIA

Dedico primeiramente a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada. Aos meus pais Miguel e Raimunda, aos meus irmãos e familiares, que vibraram a cada conquista e também foi alento nas derrotas. A meu esposo Valmir Negrão, por sua paciência e dedicação. Aos meus filhos, Victor Hugo e Lucas Eduardo, meus maiores incentivadores. Agradeço também aos meus professores e colegas, principalmente a minha orientadora Profª Drª Joyce Ribeiro, que me orientou de forma esplendida, não mediu esforços na construção desse trabalho.
Ninguém solta à mão de ninguém!

AGRADECIMENTOS

Nunca diga nunca! Essa frase eu costumo usar no meu dia a dia. Sempre acreditei que iria fazer um curso de nível superior; os anos se passaram, não desisti, e considerando todos os aspectos contrários, consegui, estou aqui, com meu Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia (TCC), que irá proporcionar a oportunidade de construir competências e habilidades que contribuirão para o meu aprimoramento pessoal e profissional.

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu força e coragem para vencer todos os obstáculos e dificuldades enfrentadas durante o curso, que me socorreu espiritualmente, dando-me serenidade e forças para continuar. Ao meu pai, Miguel Mendes da Silva e a minha mãe guerreira Raimunda Ferreira da Silva, que lutou incansavelmente para que eu estudasse, formou os fundamentos do meu caráter e é o meu porto seguro, incentivando-me e acreditando no meu potencial. Aos meus irmãos e irmãs, cunhado e cunhadas que sempre me proporcionaram bons momentos.

A meu esposo, Valmir Negrão da Silva, que me compreendeu quando eu estava ausente e me deu força para continuar; meu companheiro e amigo amoroso, o qual ouvia sempre com paciência minhas angustias.

Aos meus filhos, Victor Hugo Silva e Silva e Lucas Eduardo Silva e Silva meus companheiros de caminhada, dividiram comigo os anseio de viver a universidade, muitas vezes, eles viraram meus professores, pois eram a eles que eu procurava nos momentos difíceis, pois, traziam-me o riso para aliviar minha agonia, ambos exemplos de honestidade, de amor e de perseverança , que sempre sonharam com este momento, incentivando-me e apoiando-me em minhas escolhas; compreendendo minha ausência com a difícil jornada de estudos e de trabalho. Aos meus demais familiares que compreenderam minha ausência nos encontros de família.

Os meus sinceros agradecimentos a todos os meus colegas de turma do Curso de Pedagogia 2015 vespertino, em especial a Maria Cristina dos Santos e ao Caio Augusto Pereira Barros (in Memorian). Ao meu Grupo “Sem Pressão” que sempre ajudou, me motivou a continuar, que confiou em mim e no meu potencial.

A minha orientadora, Joyce Ribeiro exemplo admirável de comprometimento com a educação, que caminhou comigo, incentivando-me e guiando-me. À instituição que me recebeu de braço abertos, disponibilizando o espaço para a realização desta pesquisa.

A todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho. A todos que lutam por uma formação docente de qualidade. Sou exemplo de resistência.

“Nós todos não podemos ser bem sucedidos quando metade de nós é retida.”

Malala Yousafzai, ativista Paquistanesa.

Obrigada!

RESUMO

O presente estudo problematiza o processo de reestruturação do currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará-Campus/Abaetetuba. O objetivo de estudo é acompanhar a trajetória histórica de reestruturação do PPC do curso de Pedagogia da UFPA Campus-Abaetetuba, tendo como marco legal a LDB e as DCNS/2015. A metodologia utilizada para a construção do referido trabalho é a análise documental em documentos oficiais e a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, em artigos científicos, seguindo autores como: Libâneo (1999, 2000, 2001, 2004, 2005, 2006), Franco (2008, 2011), Saviani (2007,2008), Dourado (2015), Moreira (2009), Lopes (2016), Mascarenhas (2015), Freire (1999), Goodson (2008), Sacristán (2001), Apple (2008). Os resultados apontam que a reestruturação do PPC do curso em questão, vem sendo realizada desde 2007, buscando formar Pedagogo e Pedagogas críticos/as; atualmente, a reestruturação do PPC do curso de Pedagogia, exige atenção as exigências culturais da contemporaneidade; por outro lado, o curso de Pedagogia e os professores estão sofrendo ataques que configuram um retrocesso na educação nacional.

Palavras-chave: Projeto Pedagógico de Curso. Reestruturação curricular. Diretrizes Curriculares Nacionais. Formação do Pedagogo/a.

ABSTRACT

The present study questions the restructuring process of the Pedagogy course of the Federal University of Pará-Campus / Abaetetuba. The objective of this study is to follow the historical trajectory of restructuring of the PPC of the Pedagogy course of UFPA Campus-Abaetetuba, having as legal framework the LDB and the DCNS / 2015. The methodology used for the construction of this work is the documentary analysis in official documents and the bibliographical research of qualitative character, in scientific articles, following authors such as: Libano (1999, 2000, 2001, 2004, 2005, (2008), Sacristan (2001), Apple (2008), Saviani (2007,2008), Golden (2015), Moreira (2009), Lopes (2016), Mascarenhas. The results indicate that the restructuring of the PPC of the course in question has been carried out since 2007, seeking to form Pedagogues and Critical Pedagogues; currently, the restructuring of the PPC of the Pedagogy course, demands attention the cultural demands of the contemporaneity; on the other hand, the course of Pedagogy and teachers are suffering attacks that constitute a setback in national education.

Keywords: Pedagogical Course Project. Restructuring curriculum. Curricular Guidelines. Education of the Pedagogue.

LISTA DE SIGLAS

ABdC – Associação Brasileira de Currículo

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

ANPAE – Associação Nacional de Politica e Administração da Educação

ANPED – Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em Educação

CA – Centro Acadêmico

CB – Conferência Brasileira de Educação

CP – Conselho Pleno

CNE – Conselho Nacional de Educação

CFE - Conselho Federal de Educação

CONSEPE – Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPED – Encontro de Estudantes de Pedagogia

FAECS – Faculdade de Educação e Ciências Sociais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LLECE – Laboratório Latino Americano de Avaliação da qualidade da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OCDE – Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico

PATRIOTA – Partido Político: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos"

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PL – Projeto de Lei

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PROVÃO – Exame Nacional de Cursos

PROEG – Pro Reitoria de Ensino de Graduação

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SESU – Secretaria de Educação Superior

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....11

SEÇÃO 1

1. O CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL E NA UFPA......14

1.1. Breve retrospectiva histórica do curso de Pedagogia no Brasil.....14

1.2. O do curso de Pedagogia da UFPA.....22

SEÇÃO 2

2. A REESTRUTURAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA/CAMPUS DE ABAETETUBA/UFPA.....27

2.1. O processo de reestruturação do currículo do curso de pedagogia do Campus de Abaetetuba.....27

2.2. DCNS: histórico e objetivos.....31

2.3. As mudanças no currículo do curso de Pedagogia/Campus Universitário de Abaetetuba /UFPA.....34

2.4. O PPC, as DCNS e o atual ataque a tarefa docente.....37

CONCLUSÃO.....43

REFERÊNCIAS......46

ANEXOS.....48

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Analisando o PPC do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e Ciências Sociais (FAECS), do Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do Magistério da Educação Básica, tendo por base o Parecer CNE/CP 02/2015, aprovado pelo Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação (CNE), em 09 de junho de 2015, e homologado pelo MEC em 24 de junho de 2015, meu interesse foi aguçado, pois estamos convivendo com essa problemática, a saber, a necessidade reestruturar o currículo do curso de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA de modo que este valorize o profissional da educação, o Pedagogo/a, e que não seja meramente tecnicista, pois para Silva (1999, p. 12), "o currículo estabelece diferenças, constrói hierarquias e produz identidades".

Em conformidade com isso, o Projeto Politico Pedagógico (PPC) do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará/Campus de Abaetetuba foi aprovado em junho 1999, precisando ser reestruturado e adequado às novas DCNS. É importante ressaltar, que o interesse pelo tema apareceu no momento em que discutíamos sobre o I Encontro de Estudantes de Pedagogia (EPED), com o tema: O Curso de Pedagogia e as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura. O evento que aconteceu no dia 31 de maio de 2016 na UFPA-Abaetetuba, proposto pelo Centro Acadêmico dos Estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba – UFPA, com apoio da Faculdade de Educação e Ciências Sociais (FAECS) e dos docentes. O I EPED apresentava-se como desafio espaço-temporal ao exercício da reflexão a respeito do Curso de Pedagogia[1], agora sob as orientações das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura, necessitando discutir a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba, no contexto das Novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura. Conforme Apple (1992, p. 59), "o currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos [...]. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo".

A pesquisa realizada intitulada: "A Reestruturação do PPC do Curso de Pedagogia no Campus de Abaetetuba: o currículo em questão" busca retomar essa discussão com base nas propostas de reformulação do novo PPC do curso de Pedagogia da Universidade Federal do

[1] CAPED- Centro Acadêmico de Pedagogia-CAAB/UFPA/FAECS- Folder I EPED

Pará/Campus de Abaetetuba, pela necessidade de atualização do atual que se encontra desatualizado/ obsoleto por ter sido aprovado no ano de 1999, portanto, a reformulação não foi concluída, sendo realizadas apenas adequações. A partir disso, proponho-me especificamente conhecer a trajetória de reestruturação do curso de Pedagogia da FAECS no Campus Universitário de Abaetetuba. O estudo indaga: Como se deu o processo de reestruturação do currículo do curso de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba? O objetivo de estudo é traçar uma parcial trajetória histórica de reestruturação do PPC do curso de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba, tendo como marco legal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e as DCNS/2015, e outros documentos pertinentes.

Essa pesquisa é de cunho qualitativo, onde foram feitas análises do documento do PPC do curso de Pedagogia, com o intuído de projetar para os futuros Pedagogos/as, as novas demandas e polêmicas que estão sendo incorporadas nos currículos, tendo como referencial diferentes autores como: Libâneo (1999, 2000, 2001, 2004, 2005, 2006), Franco (2008, 2011), Saviani (2007,2008), Dourado (2015), Moreira (2009), Lopes (2016), Mascarenhas (2015), Freire (1999), Sacristán (2001), e Apple (2008). Os procedimentos de pesquisa utilizados para a construção do referido trabalho, foram à análise documental e a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo que é a busca de informações bibliográficas de documentos que se relacionam com o problema da pesquisa, feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como: livros, artigos científicos, páginas de web sites. A análise documental é a análise de documentos que ainda não foram publicados cientificamente, recorre a fontes mais diversificadas e dispersas sem tratamento analítico, tais como: jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, etc., com o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso, a partir da investigação do tema, nesse caso a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFPA/Abaetetuba.

> A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

O presente trabalho é composto por duas seções subdivididas em itens. Na primeira seção intitulada: “O Curso de Pedagogia no Brasil e na UFPA, farei uma breve retrospectiva histórica do curso de Pedagogia no Brasil, desde sua criação, passando pela regulamentação em função da reforma universitária, destacando que a Universidade Federal do Pará foi a primeira instituição a implantar o curso de Pedagogia no Estado do Pará. No segundo momento, recorrerei ao PPC do curso de Pedagogia da UFPA de 1999, para uma visão de sua evolução, e da necessidade de reestruturar o currículo do curso de Pedagogia e construir um projeto político-pedagógico pautado na concepção de sociedade democrática e igualitária, e de uma educação pública, gratuita, laica e com qualidade social, podendo ser um passo importante para a superação das desgastadas estruturas curriculares que norteiam a formação do Pedagogo.

A segunda seção dá ênfase “A reestruturação do curso de Pedagogia/Campus de Abaetetuba/UFPA”; no primeiro tópico ressalto o processo de reestruturação do currículo do curso de Pedagogia do Campus de Abaetetuba, implantado em 1987 no Campus Universitário do Baixo Tocantins, como era conhecido na época. Em 2007 se iniciou o processo de reformulação do PPC do curso de Pedagogia da UFPA/Campus-Abaetetuba, mas, não foi adiante, devido à instabilidade política. Em seguida, trago o histórico e os objetivos das DCNS, nos últimos anos discutidos por educadores e entidades que visavam sua redefinição e à busca da identidade do curso de Pedagogia. As mudanças no currículo do curso de Pedagogia/Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA, que está no terceiro tópico, dá ênfase à necessidade de proporcionar aos futuros Pedagogos uma compreensão global do fenômeno educativo no âmbito escolar e não escolar, vamos refletir sobre as DCNS aprovadas pelo CP/CNE, e sancionadas pelo MEC no ano 2015 de acordo com o parecer homologado e com fundamentação na LDB, as diretrizes reforçam a relação entre as experiências em gênero e sexualidade. A necessidade de reestruturação do PPC do curso de Pedagogia da FAECS do Campus de Abaetetuba se comprova, pois, este se encontra “desatualizado”, mas, continua formando os Pedagogos/as.

Nesse sentido, este estudo tem grande relevância porque se propõem a refletir sobre o desenho curricular do curso em questão, pois, o corpo docente e alunos egressos do curso anseiam por essa reformulação. Espero que este trabalho de conclusão de curso (TCC) possa contribuir para reflexão sobre a o currículo do curso de Pedagogia e a formação docente, além de promoção do pensamento crítico para além da concretização pessoal e profissional.

SEÇÃO 1
O CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL E NA UFPA

Para fundamentar essa pesquisa iniciarei com um breve histórico sobre a trajetória do curso de Pedagogia no Brasil e na UFPA, com o intuído de projetar para os futuros Pedagogos/as, as novas demandas e polêmicas que estão sendo incorporadas nos currículos, estamos em uma sociedade multicultural, globalizada, informatizada, por isso, precisamos discutir a reestruturação do PPC do curso de Pedagogia do Campus de Abaetetuba e dá continuidade a esse processo de reformulação.

1.1. Breve retrospectiva histórica do curso de Pedagogia no Brasil

O curso de Pedagogia foi criado no Brasil por meio da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, pelo Decreto lei n°. 1.190 de 04 de abril 1939. O curso de Pedagogia visava formar Bacharéis e Licenciados para áreas de Filosofia, Ciências, Letras, e a área da Pedagogia, seguindo a fórmula conhecida como "3+1"; essa estrutura do curso permaneceu até a aprovação da primeira LDB em dezembro de 1961[2]. De acordo com Saviani, os encaminhamentos legais revelam que havia uma insatisfação com a identidade do curso de Pedagogia, pois este apresentava um "currículo enciclopédico", o qual acabava favorecendo a perda do campo profissional pedagógico, por oferecer insuficiente capacitação. Várias polêmicas voltaram a ser discutidas em torno do Curso de Pedagogia, entre elas: o lócus da atividade pedagógica, a busca de uma identidade e sua consolidação enquanto um campo epistemológico próprio. SAVIANI (2008, p. 42)

É importante ressaltar que neste período o país estava passando por uma crise política, econômica e social, o que se refletiu no sistema educacional com a Ditadura Militar a partir de 1964, reestruturando o sistema educacional brasileiro que ganhou o caráter de instrumento de controle da sociedade civil, estabelecendo a relação da educação sob a ótica tecnicista. O curso de Pedagogia ficou habilitado para formar inicialmente técnicos em assuntos educacionais, supervisor educacional, administrador escolar e em seguida, formar os professores da escola normal.

[2] Revista internacional de formação de professores RIFP0, Itapetininga, v.2, n.1, p.41-55, 2017.

A partir da Reforma Universitária, adotaram-se princípios de racionalidade, eficiência e produtividade e, em 28 de fevereiro de 1968 com a lei federal 5.540, a função da escola passou a ser a formação técnica, além de suas funções tradicionais, visando o mercado capitalista; a formação profissional dividiu-se em duas dimensões: uma profissional, o "educador especialista" e outra, o "técnico em educação", realizado por meio de um curso dividido em dois ciclos: o básico e o profissional. Ou seja, a formação para preparar o profissional que planeja ficou separada daquele que executa (o professor), mantendo a separação entre bacharelado e licenciatura.

Com o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) n º 252/62 e a Resolução normativa nº 2/1969, ficou definida a estrutura curricular do curso de Pedagogia, que estabeleceu com mais precisão sua função, sua organização e seu funcionamento, indicando também a finalidade de preparar profissionais da educação assegurando possibilidade de obtenção do título de especialista mediante complementação de estudos:

> A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a Base Comum Nacional. (LDB - Lei nº 9.394/96 art.64)

Para Libâneo:

> Não bastam iniciativas de formulação de reformas curriculares, princípios norteadores de formação, novas competências profissionais, novos eixos curriculares, base comum nacional etc. Faz-se necessária e urgente a definição explícita de uma estrutura organizacional para um sistema nacional de formação de profissionais da educação, incluindo a definição dos locais institucionais do processo formativo. Na verdade, reivindicamos o ordenamento legal e funcional de todo o conteúdo do Título VI da nova LDB (LIBÂNEO, 1999, p. 36).

Observa-se que a LDB garante a formação dos profissionais de educação, através do curso de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, mas, Libâneo (1999, p. 36) afirma que não bastam formações dos profissionais, de reformas curriculares, de competências profissionais, o que precisa é a definição de uma estrutura organizacional e metodológica, em locais institucionais formativos.

Para Saviani (2008 p. 43), o perfil do Pedagogo estaria supostamente definido tendo o bacharel como técnico em educação, o “Pedagogo não docente”, que ao licenciar-se atuaria como professor; de acordo com a Resolução CFE nº 2/1969, a formação de professores para o Ensino Normal e a formação de especialistas, deveriam ser feitas no curso de graduação em

Pedagogia, o qual permitia o registro para o exercício do magistério nos cursos normais, posteriormente denominados Magistério de 2º grau, sob o argumento de que "quem pode o mais pode o menos" ou de que "quem prepara o professor primário tem condições de ser também professor primário[3]"; assim fazendo, permitia o Magistério nos anos iniciais de escolarização. Com a regulamentação das habilitações, a fixação de conteúdos e a duração mínima para ser observada na organização do curso de Pedagogia a base comum ficaram compostas pelas seguintes disciplinas: Sociologia Geral, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Didática. e Prática de Ensino e Estágio Supervisionado (Resolução n º 252/69).

No final da década de 1970, professores e estudantes se organizaram e constituíram um movimento para resistir às reformas impostas pelo regime militar; nesse contexto de redemocratização foi criado o Comitê Nacional Pró-Reformulação dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas. Em meio a manifestações públicas, debates, embates, o movimento dos educadores ganhou força e foi criada a Associação de Formação de Professores – ANFOPE, que defendia a reformulação do curso e a busca e a redefinição da identidade do Pedagogo, (SILVA, 2006, p. 63). As Conferências Brasileiras de Educação (CBE) debatiam e apresentavam propostas para o curso de Pedagogia a nível nacional que rompessem com o currículo mínimo e ainda mantivesse a base da identidade do profissional da educação centrado na docência, dada a complexidade organizacional e pedagógica, proporcionada pela democratização da vida civil e da gestão pública.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) da educação, aprovada no ano de 1996, trouxe novamente o curso de Pedagogia à pauta das discussões e com ela, a questão da identidade dos profissionais e novas questões como: a manutenção do curso normal superior destinado à formação de docentes para a educação infantil e do ensino fundamental. No ano seguinte, por meio do edital n. 04/97 o MEC, solicitou propostas a Secretaria de Educação Superior (SESu) e as Comissões de Especialistas do Ensino das diferentes áreas do conhecimento, entre elas a do curso de Pedagogia, para a elaboração de novas Diretrizes Curriculares dos Cursos Superiores. Na proposta, apresentava-se uma concepção de docência que se estendia para além do magistério, acabando com a dicotomia entre a Licenciatura e o Bacharelado, defendendo a flexibilização do currículo, como uma necessidade diante da realidade atual, houve a alegação de que a proposta elaborada entraria em confronto com a indicação da LDB/96, que estabelecia a figura dos Institutos Superiores de Educação, destinando aos

[3] Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia o Parecer CFE n° 252 e a Resolução CFE nº 2/69

Cursos Normais Superiores, que tinham a finalidade de "[...] formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental" (Art. 63 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96).

Em 08 de maio de 2001, o Parecer CNE/CP 9/2001 regulamentou a Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em cursos de licenciatura e de graduação plena; a proposta aprovada busca:

> Construir sintonia entre a formação inicial de professores, os princípios prescritos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, as normas instituídas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil, para o ensino fundamental e para o ensino médio, e suas modalidades, bem como as recomendações constantes dos Parâmetros e Referenciais Curriculares para a educação básica elaborada pelo Ministério da Educação. (Parecer CNE/CP 9/2001)

Com base a Lei nº. 9.394/96 (LDB) a organização curricular dos cursos de licenciatura deveria incluir:

> Questões como diversidade, enriquecimento cultural, práticas investigativas, elaboração e a execução de projetos e o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores. (CNE/CP 009/2001)

Mas, o formato tradicional manteve-se predominante, não contemplando muitas características consideradas na atualidade como inerentes à atividade docente, entre as quais se destacam: orientar e mediar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos; comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento cultural; desenvolver práticas investigativas; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe (Parecer CNE/CP 9/2001, p. 4).

Com aprovação das DCNS, a Associação Nacional de Formação de Professores - ANFOPE e a comunidade acadêmica voltaram a discutir as polêmicas em relação à definição do curso de Pedagogia no Brasil; em março de 2005, teve iniciou um amplo debate acerca do projeto apresentado que definia que o curso de Pedagogia se destinaria principalmente à formação de docentes para educação básica, habilitando para o magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; após a análise do Ministério da Educação, as DCNS do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, foram aprovadas em 13 de

dezembro, por meio do Parecer CNE/CP nº 5/2005, tendo com eixo central o Projeto de Resolução constante no Parecer em pauta no art. 4º:

> O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, nos cursos de ensino médio, na modalidade normal, de educação profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (Parecer CNE/CP nº. 5/2005, p. 20).

Portanto, o Profissional da Educação assume a responsabilidade de direcionar o seu fazer pedagógico entrelaçado à sua prática escolar cotidiana. Conforme admite Libâneo (2008), o Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista, objetivos de formação humana previamente definida em sua contextualização histórica.

Nos termos do Parecer CNE/CP nº 5/2005 e da Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, a Licenciatura em Pedagogia assegura a formação de profissionais para o âmbito do ensino, administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, em organizações, escolas e órgãos dos sistemas de ensino da educação básica; desse modo, temos uma complexidade curricular para o curso que se destina na formação de docente conforme orientações observadas no art. 67 da Lei nº 9.394/96: A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.

Sabemos que a realidade educacional de Abaetetuba-Pará requer um olhar especial, pois, estamos subdivididos em zona urbana, estradas e ilhas, com base em pesquisas de campo realizada ao longo do curso de Pedagogia da FAECS, podemos afirmar, que existem escolas nas ilhas e estradas do município de Abaetetuba/PA, que a coordenação pedagógica e a gestão escola nem sempre tem formação em Pedagogia ou que nunca atuaram nas séries iniciais da docência, as escolas rurais e as escolas ribeirinhas têm como polo as escolas na zona urbana e suas metodologias voltadas para a realidade urbana, precisamos rever essas metodologias e da ênfase ao currículo cultural que tem na cidade de Abaetetuba/PA, não devemos olhar apenas par uma sala de aula, temos que ter um olhar mais amplo no sentido de resgatar nossa cultura, nossos saberes, nossas crenças.

Dentro deste contexto, pesquisei quais as especificidades este profissional deve ter e como se dá a busca de conhecimentos teóricos e científicos para a formação e atuação do Pedagogo em sala de aula, pois na maioria das vezes o professor sai da universidade sem estar

preparado para o exercício da prática pedagógica, e logo se depara com a dura realidade de uma sala de aula, estando ela sucateada, lotada, com uma escola sem infraestrutura, e um corpo docente multicultural, o que muitas vezes a falta de preparo na formação não lhe permite ser proativo, se faz importante também porque o tema nos remete a uma análise sobre como está formulado tal currículo e como este prepara o professor para o exercício da prática pedagógica em sala de aula.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) e Ministério da Educação e Cultura do Brasil (MEC) traçaram em 2006, o perfil do profissional da educação, por meio da aprovação da Resolução CNE/CP nº. 1/2006, que provocou a reformulação dos currículos dos cursos de Pedagogia no Brasil, dando um novo rumo à formação do Pedagogo. Dessa forma, o curso de Licenciatura em Pedagogia passa a ter carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas: 2.800 horas dedicadas às atividades formativas, 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado; 100 horas de atividades teórico-práticas.

Então, em 15/05/2006 a Resolução nº 1, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, propondo o curso como uma licenciatura e atribuindo aos licenciados a formação de professores para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como para o Ensino Médio, na modalidade Normal, a Educação de Jovens e Adultos, além da formação de gestores.

Para Libâneo (2008), o Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetos de formação humana previamente definida em sua contextualização histórica. O autor critica a atual Diretriz, e ressalta que a identidade do Pedagogo foi atingida, e que um curso de quatro anos por mais consistente que seja não dá conta de tal formação; assim, ampliou-se o leque de atuação profissional, dando ao Pedagogo o privilégio de ocupar um espaço profissional de grande importância e extensão, por outro lado, há o desprestígio do Pedagogo como especialista em educação.

Franco (2008, p. 84), considera que o objeto de estudo da Pedagogia é a educação; segundo o autor, a práxis educativa, não tem um lócus definido, podendo ocorrer na família, na empresa, nos meios de comunicação, ou onde houver intencionalidade. Já a práxis pedagógica é “[...] o exercício do fazer científico da Pedagogia sobre a práxis educativa”, que é compreendida a partir da filosofia marxista como uma atitude (teórico-prática) humana de

transformação da natureza e da sociedade[4]. Segundo o autor, não basta conhecer e interpretar o mundo (teoricamente) é preciso transformá-lo (práxis), enxergar nas práticas educativas o seu potencial investigativo; portanto, caberá à Pedagogia ser a ciência que transforma o senso comum pedagógico em atos científicos, perpassados pelos valores educacionais e relevantes na comunidade social. "Seu campo de conhecimentos será formado pela interseção entre os saberes interrogantes das práticas, os saberes dialogantes das intencionalidades da práxis e os saberes que respondem às indagações reflexivas formuladas por essa práxis" (FRANCO, 2008, p. 86).

A composição dos desenhos curriculares dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia foi organizada inicialmente através das orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacional para do Curso de Pedagogia; tal organização de dados engloba três grandes núcleos:

1) Estudos Básicos;

2) Aprofundamento e Diversificação de Estudos;

3) Estudos Integradores.

Para diferenciar as estruturas curriculares, foi necessário especificar alguns aspectos que aparecem de maneira ampla nesses núcleos (básico e específico); dessa forma, são elaboradas categorias de análise que permitiram dar conta dos vários aspectos presentes na formação do professor que sinaliza a tendência formativa do conjunto dos cursos. Nesse sentido, as disciplinas nomeadas como referência foram:

1. Fundamentos Teóricos da Educação
2. Conhecimentos Relativos aos Sistemas Educacionais;
3. Conhecimentos Relativos à Formação Profissional Específica;
4. Conhecimentos Relativos a Modalidades e Nível de Ensino Específico;

- Nível de Educação Infantil
- Nível de Educação Especial
- Nível de Educação de Jovens e Adultos (EJA)
- Nível de Educação em Contextos não Escolares,

5. Outros Saberes
6. Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
7. Atividades Complementares

[4] Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP), Itapetininga, v. 2, n.1, p. 41-55, 2017.

Quanto aos Estágios supervisionados e acompanhados, as horas são registradas como parte das estruturas curriculares, embora não se especifique como eles são realizados, mesmo sendo componentes obrigatórios com carga horária definida nas Normas e Diretrizes Curriculares Nacionais.

Para Libâneo (2006), a Pedagogia é uma ciência da prática, que tem como objeto de estudo a educação enquanto prática social para a construção de saberes; segundo Saviani (2008), há uma preocupação em se detalhar disciplinas, além do trabalho didático com conteúdos, pertinentes aos primeiros anos de escolarização. Saviani (2008, p. 67) ainda completa sua análise sobre as Diretrizes, afirmando que elas apresentam um paradoxo, sendo ao mesmo tempo "[...] extremamente restritas no essencial e assaz excessivamente no acessório". Ou seja, as DCNS contemplam várias questões de pluralidade, visão de mundo, culturas, diversidades étnico-raciais, interdisciplinaridade, conhecimento ambiental, ecológico entre outras, deixando de lado espaço para a configuração de um campo teórico prático, dotado de conhecimentos e experiências resultantes do processo da história.

Há também preocupação com a definição de carga horária mínima distribuída no curso. De acordo Resolução CNE/CP nº. 1 de 15 de maio de 2006, a docência é concebida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo[5]. Enfim, a Resolução nº. 2, de 1 de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados, de segunda licenciatura e para a formação continuada.

O tópico seguinte descreve o processo histórico de constituição do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e sua relação com o contexto político-social, tanto no cenário educacional do País, quanto no cenário local do campus de Abaetetuba, será necessário percorrer os caminhos trilhados pelo referido curso, desde sua criação no ano de 1954 até o momento atual, buscando identificar não apenas a influência recebida dos órgãos exteriores a ele, como também as possibilidades de enfrentamento às imposições dos documentos oficiais que lhe garantiram o status de um dos melhores cursos da UFPA.

[5] Resolução CNE/CP Nº. 1, de 15 de maio de 2006.

1.2. O curso de Pedagogia da UFPA

A Universidade Federal do Pará foi a primeira instituição a implantar o curso de Pedagogia no Estado do Pará, reconhecido pelo Decreto n. 35456/54 e pela Portaria do MEC n. 771/54. O Curso de Pedagogia foi instalado em Belém em sessão solene realizada no dia 28 de outubro de 1954. O Curso de Pedagogia manteve o perfil de formação do esquema 3+1, tendo essa formulação vigorada até o início da década de 60 com a aprovação da Lei 4.024/61. O Conselho Federal de Educação estabeleceu currículos mínimos para vários cursos dentre os quais, o de Pedagogia. O curso foi novamente regulamentado, agora pelo parecer nº. 251/62, com finalidade bem definida: a preparação de profissionais destinados às funções não docentes do setor educacional e de professores das Escolas Normais.

Essa nova regulamentação procurou abolir, formalmente, o esquema 3+1, contudo, a dicotomia bacharelado-licenciatura, manteve o perfil de formação do esquema 3+1, em função da existência de currículos diferenciados para os dois níveis; quanto ao bacharelado, este continuou a existir até 1969 sem atribuições claramente definidas, com a regulamentação do Curso de Pedagogia em função da Reforma Universitária instituída pela Lei 5.540/68, que exigia um modelo produtivo baseado na divisão social do trabalho e nas novas formas de organização do trabalho pedagógico, de acordo com o contexto brasileiro[6], assim, surgiram às habilitações profissionais e a fragmentação da figura do Pedagogo, de acordo com as finalidades estabelecidas no Parecer 251/62.

No Parecer 252/69 e na Resolução nº. 02/69 do Conselho Federal de Educação, o licenciado passava a ter um título único, independente da habilitação profissional adquirida. Em 1972, o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa aprovou a Resolução nº. 126/72, alterando a organização curricular do Curso de Pedagogia no âmbito da Universidade Federal do Pará. Essa nova fase do Curso caracterizou-se pela implantação das: "Habilitações em Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar", e a partir dessa nova ordenação administrativo-pedagógica da UFPA, bacharelado e licenciatura, criaram uma justaposição e, dessa forma, esses cursos adquiriram um perfil que na prática, continuou repetindo o tão criticado esquema 3+1; o perfil de formação profissional que deveria qualificar tanto para a docência, quanto para o exercício das funções técnicas da atividade educacional, sofreram um corte profundo.

[6] PPC do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará de 1999.

O cenário educacional do País passou por um processo de democratização na década de 80, e os educadores brasileiros criaram associações, fundaram instituições e promoveram amplos estudos sobre a formação do Pedagogo/a e o seu papel na sociedade, a nível nacional, regional e local. Com programas acentuadamente tecnicistas, falta de integração das habilitações e ausência de possibilidades que encaminhassem à reflexão crítica do processo educacional global, chegaram a estas constatações: a nova proposta deveria atender a duas dimensões significativas que deveriam se refletir no desempenho do Pedagogo/a:

- Posicionamento crítico, consciente, situado no seu tempo e espaço, capaz de renovar a cada momento a sua proposta de trabalho;
- Instrumentalização adequada para a prática da educação em nível da docência e das habilitações oferecidas;

Os pressupostos básicos de sua prática são:

- A educação como prática social;
- O educador é um ser capaz de interpretar a realidade e de criar formas alternativas de ação;
- A formação do educador nas dimensões social, política, filosófica e econômica e a problematização educacional brasileira, precisa considerar a especificidade regional e local.

Com base nesses pressupostos, o curso foi reestruturado através da Resolução 1234/85 – CONSEP e o perfil do Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Pará (UFPA) passam a ser definido como: Renovação de práticas pedagógicas; entre essas práticas:

- O Estágio Integrado de Supervisão Escolar e Orientação Educacional;
- Aproveitamento dos resultados de pesquisa no processo de Ensino;
- Experiências de Estágio Supervisionado através de minicursos para a comunidade;
- Alunos mais críticos e participativos;
- Relativa integração de conteúdos programáticos das disciplinas.

Na perspectiva do fortalecimento dos cursos de formação dos profissionais da educação, a proposta ora apresentada assenta-se no princípio de que há uma especificidade no trabalho pedagógico, e, portanto, no tipo de saber que orienta o exercício da profissão; a compreensão de que o conhecimento do professor não é meramente acadêmico, racional, feito de fatos, noções e teorias, como também não é um conhecimento só da experiência.

Segundo o PPC do curso de Pedagogia da UFPA de 1999, a prática docente resulta de múltiplas determinações que só podem ser apreendidas a partir de uma sólida base teórico-prática, o que nos remete a uma dupla preocupação: primeiramente, com a formação inicial do profissional em Pedagogia e como parte da responsabilidade da universidade; e em segundo lugar, com a formação continuada desse profissional, que pode enriquecer e alimentar tanto a academia, como o profissional que a procura.

O histórico do Curso de Pedagogia da UFPA (1999) dá uma visão de sua evolução, e da necessidade de reestruturar o currículo do curso e construir um projeto político-pedagógico pautado na concepção de crítica de sociedade, com educação pública, gratuita, laica e com qualidade social, podendo ser um passo importante para a superação das desgastadas estruturas curriculares que nortearam a formação do Pedagogo.

Durante os encontros de educadores do país e os compromissos assumidos pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), os discursos defendidos sobre a Identidade do Pedagogo, suas competências, seus domínios de saberes, seu papel político e profissional em uma nova contemporaneidade econômica, política e social, foram constituídos e implementados ao longo da história da Universidade Federal do Pará, seguindo as novas exigências e perspectivas profissionais para os cursos de licenciatura, aqui entendidos como os legítimos espaços de profissionalização daqueles que pretendem assumir a escola básica e outros espaços educativos como campo de estudo e de trabalho, identificados como profissionais da educação por uma base comum de formação, assentada nos seguintes princípios:

- O trabalho pedagógico como eixo da formação
- Sólida formação teórica
- A pesquisa como forma de conhecimento e intervenção na realidade social
- Trabalho partilhado/coletivo
- Trabalho Interdisciplinar
- Articulação teoria-prática
- Flexibilidade curricular

De acordo com os princípios curriculares, a proposta apresentada para a reestruturação do curso de Pedagogia da UFPA, é formar o Pedagogo/a para o exercício da docência e das diferentes dimensões do trabalho pedagógico em âmbito formal e não formal; esse profissional deverá estar apto a trabalhar com uma educação que ultrapasse o âmbito da escola, integrando-se à sociedade através dos movimentos sociais, da educação não formal,

das ações comunitárias e empresariais, além de outros espaços institucionais e não institucionais (PPC/UFPA, 1999, p. 13).

A reestruturação do curso de Pedagogia da UFPA do ano de 1999 teve como pano de fundo a globalização[7] e o projeto neoliberal[8] na definição das políticas públicas para a educação, considerando que a educação não pode ser desvinculada do contexto histórico no qual está inserida, e nem prescindir de uma análise rigorosa sobre as modificações econômicas, políticas e culturais.

Seguindo as necessidades sociais e as opções individuais, o objetivo da organização curricular é privilegiar os conteúdos/disciplinas, permitindo um ensino teórico-prático que tenha o domínio do conhecimento como referência dessa formação, optando por métodos e recursos que traduzam uma concepção de mundo, de sociedade e de humanização, identificada com a transformação da realidade social, com o corpo docente e discente comprometidos com a socialização do saber que produzem sentido relativo a construção de uma sociedade justa, igualitária e soberana.

Para Libâneo (2001, p. 44), o Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, indireta ou diretamente vinculada à organização e aos processos de aquisição de saberes; para o autor a identidade do Pedagogo é algo para além de suas competências, pois este é um profissional que se compromete com uma ação mais ampla na sociedade, a de profissional da educação, como agente central na construção da realidade educacional e social assentadas na liberdade, na dignidade e na democracia para todos, como princípios fundamentais da sociedade.

O curso de Pedagogia deverá ter em seu currículo uma estrutura curricular formada de núcleos de conteúdos básicos, um específico e outro eletivo, com elementos lógicos, norteadores da formação que se pretende; a base dessa formação se diferencia das antigas habilitações por três motivos: (Anexo I)

- Os núcleos básicos têm como fundamento a compreensão do trabalho pedagógico em toda a sua totalidade. Portanto, os fundamentos teórico-práticos para o exercício da docência, da gestão e da organização do trabalho pedagógico são a base da sua constituição;
- Os núcleos específicos mantêm uma relação com os núcleos básicos, e não reeditam a lógica da fragmentação das antigas habilitações. Antes, representam a

[7] Globalização é processo de aproximação entre as diversas sociedades e nações existentes por todo o mundo, seja no âmbito econômico, social, cultural ou político.
[8] Projeto neoliberal pode ser definido como uma ideologia ou doutrina, que vê a educação de forma específica, a educação não é incluída no campo social e político, passando a ser integrada no mercado.

compreensão de que o fenômeno educativo traz nas suas configurações uma complexidade de saberes, o que exige particularizá-los, contudo, sem perder de vista as relações que o constituem;

- Os núcleos eletivos, destinados ao atendimento de interesses e necessidades individuais dos alunos - em função de exigências sociais contemporâneas, devem garantir maior dinamicidade ao curso, de forma que temáticas emergentes ou de interesse dos alunos possam ser incorporadas ao longo da trajetória do curso, desde que os Campi disponham das condições necessárias para sustentar a oferta das atividades curriculares pertinentes.

Segundo a proposta de reestruturação curricular do curso de Pedagogia PPC (1999), esses núcleos se materializarão através de disciplinas, estágios curriculares, estágios profissionais, seminários de pesquisa, monitoria, participação em eventos na área de educação, participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, além de outras atividades a serem regulamentadas ou validadas pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

O PPC em questão pretende consolidar uma nova identidade profissional do Pedagogo, a partir de uma base de formação que contemple um conjunto articulado de conhecimentos mínimos necessários, que o qualifique para atuar nos espaços educativos formais e não formais numa perspectiva de totalidade. Isso responde à necessidade de superar a fragmentação do curso, caracterizada principalmente pelas chamadas habilitações, uma questão central apontada durante os Seminários de Avaliação do Curso de Pedagogia e do antigo Centro de Educação da UFPA. Os núcleos básico e específico serão obrigatórios, e definem a base comum de formação do Pedagogo/a.

O princípio fundamental da UFPA é a integração das funções de ensino, pesquisa e extensão, já se passaram vinte anos, e a proposta de reestruturação do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará/Campus-Abaetetuba, aguarda sua reformulação. Na seção seguinte, apresentarei um pouco da trajetória do mais recente processo de Reestruturação do Currículo do Curso de Pedagogia do Campus de Abaetetuba-PA.

SEÇÃO II

A REESTRUTURAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FAECS/CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/UFPA

Nessa segunda seção apresentarei um pouco sobre a implantação do curso de Pedagogia no município de Abaetetuba com a criação do Programa de Interiorização, as tentativas de reestruturação do curso de Pedagogia/Campus Universitário de Abaetetuba no ano de 2007 através de comissão de docentes do Colegiado do curso, que sentiram a necessidade de reestruturação do currículo do curso de Pedagogia, devido à reformulação da estrutura acadêmica. O desejo de reformulação do curso não ficou no passado e em 2018, uma nova comissão de PPC voltou a se reunir e discutir a reformulação do PPC com base nas Diretrizes Curriculares de 2015. Nesta seção, trarei também um breve histórico e os objetivos das DCNS, as mudanças no currículo, o PPC do curso e o atual ataque à tarefa docente.

2.1. O processo de reestruturação do currículo do curso de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba

O curso de Pedagogia foi interiorizado no Campus Universitário do Baixo Tocantins/Abaetetuba com a criação do projeto de interiorização em 1987, juntamente com outros cursos de licenciatura (Letras, Ciências Sociais, História, Geografia e Matemática); nessa época, as aulas eram ministradas em escolas públicas cedidas pelo município na modalidade intervalar (blocado ou intensivo), pois não existiam as Faculdades no Campus de Abaetetuba, existiam tão somente os colegiados de curso. A partir de 1996, os cursos passam a ser ofertados na modalidade Regular (extensivo), editais de concurso para professor efetivo são publicados. Entre os anos de 2000 e 2006, o curso de Pedagogia passou a ser ofertado nas dependências do Campus Universitário de Abaetetuba, na modalidade Regular (extensivo) e Intervalar (intensivo). No ano de 2007, houve a reformulação da estrutura acadêmica do Campus, onde foram criadas novas instâncias, entre elas, as faculdades.

O Professor Jadson Gonçalves, afirma que:

> Foi no período em que estava como diretor da Faculdade de Educação e Ciências Sociais-FAECS do Campus de Abaetetuba que começou o processo de reformulação de PPC, mas, como ele passou apenas um ano na direção da FAECS, o processo de reformulação de PPC não caminhou devido um momento de instabilidade política que acontecia no Campus/Abaetetuba. (Prof. Drº Jadson Gonçalves)

Após a saída do Prof. Jadson Fernando Gonçalves da direção da faculdade de Educação e Ciências Sociais-FAECS do Campus Universitário de Abaetetuba, o professor Georges Alberto da silva Pinheiro assume a direção da faculdade e da continuidade ao processo de reestruturação de PPC do curso de Pedagogia, mas, sem avanço, e a discussão sobre a reestruturação do curso de Pedagogia do Campus de Abaetetuba só voltou a ser discutida quando a Professora Mara Rita Duarte de Oliveira assumiu a direção da Faculdade e formou novas comissões de PPC. Portanto, a necessidade de reformulação do PPC já vem sendo discutida desde a reformulação acadêmica do Campus de Abaetetuba, e toda vez que é formada uma nova comissão para se discutir sobre a reformulação, o governo federal, publica uma nova normativa, uma nova Diretriz Curricular, que leva a uma nova adaptação do PPC com base nas mesmas.

Durante anos, vários diretores/as, se empenharam em reformular o PPC do curso de Pedagogia da FAECS, várias comissões de PPC foram formadas, mas, no dia 10 de maio de 2017, através da portaria 01/2017, o diretor da Faculdade de Educação e Ciências Sociais-FAECS, o Prof. Jadson Gonçalves, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as competências que lhe são conferidas pela Portaria nº 392/2016-Reitoria, e de acordo com a decisão do conselho desta faculdade em reunião ordinária ocorrida no dia 27/04/2017 resolve: Nomear como membros da comissão de reestruturação do PPC de FAECS, os docentes abaixo relacionados com suas respectivas funções. (Anexo III)

- Alexandre Augusto Cals e Souza (Presidente)
- Bruno Rodrigo dos Santos (membro)
- Dinair Leal da Hora (membro)
- Jadson Fernando Garcia Gonçalves (membro)
- Joyce Otânia Seixas Ribeiro (membro)
- Maria do Socorro Pereira Lima (membro)
- Vilma Nonato de Brício (membro)

No dia 04 de Abril de 2018, a comissão atual composta pelo presidente professor Alexandre Augusto Cals e Souza e pelos membros: Bruno Rodrigo dos Santos, Dinair Leal da Hora, Jadson Fernando Garcia Gonçalves, Joyce Otânia Seixas Ribeiro, Maria do Socorro Pereira Lima, Vilma Nonato de Brício, convidam a comunidade acadêmica, para participar da Plenária de Apresentação, Apreciação e Aprovação do novo Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, Campus de Abaetetuba, evento que ocorreu no auditório central do Campus/Abaetetuba.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

CONVITE

Convidamos a **Comunidade Acadêmica da Faculdade de Educação e Ciências Sociais**, **Curso de Pedagogia**, para participar da **Plenária de Apresentação, Apreciação e Aprovação do novo Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia**, Campus de Abaetetuba - Ufpa.

Data: 04 de abril de 2018.
Local: Auditório Central do Campus de Abaetetuba.
Horário: 16h.

Convite para a Plenária de Apresentação, apreciação de debate sobre o PPC/2018.
Fonte: Arquivo Pessoal do Prof. Drº Jadson Gonçalves

A plenária contou com a participação de todos os integrantes da comunidade acadêmica: Diretores, Coordenadores, Técnicos, Professores e Docentes, que aproveitaram o momento de apresentação da proposta do novo Projeto Politico-Pedagógico do Campus de Abaetetuba-UFPA, para contribuir e discutir sobre cada tópico apresentado pela Comissão de PPC, que se dividiu, para que cada membro ficasse responsável em organizar uma parte do projeto (Anexo IV):

- Histórico da UFPA – Jadson Gonçalves e Socorro Lima
- Justificativa da oferta do curso – Joyce Ribeiro
- Características gerais do curso – Dinair da Hora
- Diretrizes Curriculares do Curso – Joyce Ribeiro
- Fundamentos Epistemológicos, éticos e didático-pedagógico – Vilma Brício
- Objetivo do curso – Joyce Ribeiro
- Perfil do egresso – Alexandre Cals
- Competências – Alexandre Cals
- Procedimentos metodológicos – Dinair da Hora
- Organização curricular do curso – Dinair da Hora
- Apresentação da estrutura do curso – Dinair da Hora
- Trabalho de conclusão de curso – Alexandre Cals
- Estágio supervisionado – Vilma Brício
- Atividades complementares – Joyce Ribeiro
- Prática como componente curricular – Jadson Gonçalves
- Política de pesquisa – Bruno Santos
- Política de extensão – Bruno Santos

- Política de inclusão social – Bruno Santos
- Planejamento do trabalho docente – Jadson Gonçalves
- Sistema de avaliação – Dinair da Hora
- Concepção e princípios da avaliação – Dinair da Hora
- Avaliação da aprendizagem – Dinair da Hora
- Avaliação do ensino – Dinair da Hora
- Avaliação do projeto pedagógico – Dinair da Hora

Em maio de 2018, a comissão de PPC já estava com a proposta de reestruturação de PPC construída, para ser encaminhado a Pró-Reitoria de ensino de Graduação (PROEG), setor responsável pelo acompanhamento e avaliação de PPC; é a PROEG que autoriza e dá acessória para construção de PPC, depois envia para Câmara de Ensino que é uma instância da reitoria, que, em seguida remete o documento ao Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE) para apreciação e aprovação; após aprovação no CONSEPE o documento é encaminhado para o Reitor, para emissão de resolução.

Porém, a comissão de PCC atual resolveu aguardar, universidade Federal do Pará aprovou uma resolução de flexibilização curricular em outubro de 2018, que vai incidir no PPC, com a retomada do debate. O PPC está praticamente pronto, faltando alguns ajustes na parte do ensino noturno, em razão deste se estender um semestre a mais.

De acordo com a proposta de reestruturação do PPC do curso de Pedagogia da UFPA/Abaetetuba, o curso terá duração de quatros anos, assim como o matutino e o vespertino, o grande dilema é como encaixar a carga horária e a flexibilização do currículo.

O PPC do curso de Pedagogia da UFPA/Abaetetuba está sendo reformulado com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015, que institui as novas diretrizes curriculares para os cursos de formação inicial e continuada nas licenciaturas, e define a identidade do/a Pedagogo/a como um profissional da educação, formado/a para a docência e a gestão educacional dentro e fora da escola.

No final de 2018, o professor Jadson Gonçalves assumiu a presidência da comissão de PPC, e reafirmou seu compromisso de prosseguir o encaminhamento do PPC apresentado na plenária do dia 04 de abril de 2018, já com a observação de distribuição de carga horária para o ensino noturno e a questão de flexibilização curricular. Esse encaminhamento foi pensado em consonância com a DCNS/2015 e com base na BNCC aprovada em dezembro de 2018.

2.2. DCNS: histórico e objetivos

Nos últimos anos, o processo de definição das diretrizes curriculares vem sendo discutido, e o movimento dos educadores demostra sua força durante a década de 1980, pois, os educadores visavam à redefinição da identidade do curso de Pedagogia no elenco dos cursos de formação de professores. Em 1998 o movimento encadeou uma ampla discussão entre coordenadores de curso em entidades como Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), que promoveram a nível nacional discussões sobre a especificidade do curso de Pedagogia, bem como a área de atuação do Pedagogo/a; o resultado desse processo foi a elaboração do Documento das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia e seu encaminhamento ao CNE, em maio de 1999.

Em 15 de maio de 2006, Edson de Oliveira Nunes, Presidente do Conselho Nacional de Educação, assinou a Resolução que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, com fundamento nos Pareceres CNE/CP nº. 5, de 13 de dezembro de 2005, e CNE/ CP nº. 3, de 21 de fevereiro de 2006, e com a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia pela Resolução CNE/CP nº. 1, de 15 de maio de 2006, Art. 2º fica definido o papel do Pedagogo/a como um profissional que tem a docência como base de sua formação,

> As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (Parecer CNE/CP n. 01/2006, p. 1).

Dessa forma, a formação e atuação do Pedagogo/a é reforçada no artigo 4° da Resolução CNE/CP nº. 01/2006, que define a finalidade do curso de Pedagogia e as aptidões requeridas.

> O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (Parecer CNE/CP nº. 01/2006, p. 2).

No Parágrafo único do artigo 4º, as atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares [9].

Segundo Libâneo, a formação do Pedagogo/a deveria ter como foco o profissional qualificado para atuar em todos os campos educativos, seja escolar, empresarial, na pesquisa, na participação do planejamento e na definição de políticas educacionais e não apenas atuar na docência ou para gestão, coordenação ou supervisão, pois todo trabalho docente é pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é docente:

> [...] importa formalizar uma distinção entre o trabalho pedagógico (atuação profissional em um amplo leque de práticas educativas) e trabalho docente (forma peculiar que o trabalho pedagógico assume em sala de aula), separando, portanto, curso de Pedagogia (de estudos pedagógicos) e cursos de licenciatura (para formar professores de ensino fundamental e médio). Caberia, também e, entender que todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente (LIBÂNEO, 2004, p. 39).

Após oito anos, foi realizada na cidade de Recife/PE, uma sessão específica do Conselho Pleno (CP) para tratar da temática que visava a reformulação das DCNS; nessa ocasião, foram apresentadas sugestões e incorporadas contribuições, visando reforçar as concepções e proposições contidas no referido documento. A Comissão Bicameral[10] aprovou o texto por unanimidade no ano de 2015.

A Resolução Nº. 2 de 1º de Julho de 2015, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, os cursos de licenciatura, os cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura e para a formação continuada, de acordo com: CNE/CP nº. 1 de 11 de fevereiro de 2009, CNE/CP nº. 3 de 15 de junho de 2012, e as Resoluções CNE/CEB nº. 2 de 19 de abril de 1999, e CNE/CEB nº. 2 de 25 de fevereiro de 2009, as DCNS da Educação Básica, bem como o Parecer CNE/CP nº. 2 de 9 de junho de 2015. Assim, ficam instituídas no Art. 1º da presente Resolução:

---

[9] Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 02.

[10] Composta por duas câmaras: Câmara de Educação Superior e Câmara de Educação Básica, com a finalidade de desenvolver estudos e proposições sobre a sobre a formação dos profissionais do magistério para a educação básica.

> Ficam instituídas, por meio da presente Resolução, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação Inicial e continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, os princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão, programas e nos cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam (Parecer CNE/CP nº. 02/2015, p. 2,3).

De acordo com o inciso 2º do Art. 1º do Parecer CNE/CP nº. 02/2015:

> As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continua da dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes (Parecer CNE/CP n. 02/2015, p. 3).

A estrutura curricular fica definida no Art. 13, inciso 1º: Os cursos de formação inicial do magistério da educação básica em nível superior terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo; (Anexo II).

- 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se forem o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
- 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos;
- 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes.

Fica especificado nas DCNS que os cursos de formação de professores deverão garantir nos currículos, conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, bem como conteúdos relacionados aos: Fundamentos da Educação, Formação na Área de Políticas Públicas e Gestão da Educação, Direitos Humanos, Diversidades Étnico-racial, de Gênero, Sexual, Religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Educação Especiais e Direitos Educacionais de Adolescentes e

Jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, deverá ser garantida ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência. Segundo Moreira (2010), a estrutura curricular das DCNS incluiu a preocupação com o conhecimento que se ensina e se constrói nas salas de aula, bem como associou essa preocupação aos cuidados com fenômenos culturais marcantes na sociedade contemporânea.

Mediante o exposto, é importante destacar os novos desafios que se colocam ao campo da formação docente; faz-se necessário estabelecer Diretrizes Curriculares Nacionais pautadas nos fundamentos e diretrizes de cada instituição, que possa ser discutido e não imposto, pois o que foi conseguido durante anos de muitas discussões, debates, reuniões com poder público, entidades, sindicatos, professores e alunos está sendo perdido. Estamos retrocedendo com a nova reforma do ensino médio, com a "lei da mordaça" o governo impõe aos educadores e educadoras, temas que não devem ser ensinados nos espaços escolares. Estes temas são aqueles conteúdos que contradizem as convicções morais dos pais e mães dos estudantes, que a escola funcione "sem" doutrinação ideológica, política e partidária e sem a suposta ideologia de gênero. Tal autoritarismo nos remete ao início da nossa pesquisa, no qual o ato de ensinar era tecnicista e bancário. A BNCC homologada em 14 de dezembro de 2018, não respeita o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, ferindo a valorização da experiência extraescolar, o princípio da gestão democrática e a formação para o exercício da cidadania; confirmando a afirmação de Apple (1992, p. 59), "o currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos [...]. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo".

2.3. As mudanças no currículo do curso de Pedagogia/Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA.

A reestruturação do PPC do curso de Pedagogia do Campus de Abaetetuba coloca ênfase à necessidade de proporcionar aos futuros Pedagogos/as uma compreensão global do fenômeno educativo no âmbito escolar e não escolar, conforme as DCNS/2015. Esta é a base para o conhecimento e a análise da realidade da escola pública; nesse sentido, as questões teóricas abordadas pelo Curso de Pedagogia deverão estar voltadas para o desenvolvimento do futuro profissional da educação, para a habilidade de identificar e equacionar os problemas da prática pedagógica, apropriando-se dos processos de trabalho e relação deste com a realidade social.

O profissional da educação é chamado a participar de decisões sobre diferentes propostas educacionais e, por isso, o anseio de reestruturação do PPC do curso de Pedagogia do Campus de Abaetetuba, tendo em vista que várias Universidades já o fizeram, com base no novo perfil docente exigida por uma sociedade multicultural e globalizada. Abre-se um campo favorável à formação de um (a) profissional presente e atuante em espaços educativos formais e não formais capazes de: Demonstrar sólida formação teórica e competência técnica e político-social, diante desses anseios, este projeto pretende analisar que políticas educacionais curriculares normatizam a formação de professores do curso de Pedagogia no campus de Abaetetuba.

A proposta de reestruturação resultou em um amplo debate ocorrido no Campus de Abaetetuba titulado 1º Encontro de Estudantes de Pedagogia "I EPED" /2016, o evento contou com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, que discutiram sobre reestruturação do PPC e do currículo do curso de Pedagogia, visando a melhoria da qualidade da formação acadêmica e à realização da missão da universidade em promover a produção do conhecimento e reafirmar seu compromisso com a justiça social, a igualdade, a democracia e a cidadania na sociedade brasileira, apontando para novas bases de formação, pela importância que assumem no contexto da universidade. (Anexo V)

Hoje, a proposta de reestruturação do curso de Pedagogia do Campus de Abaetetuba continua sendo discutida, durante anos, professores, diretores, coordenadores e alunos, vêm lutando por esse objetivo, promovendo oficinas, debates, encontros de formação, que buscam promover a importância da identidade do Pedagogo, suas competências, seus domínios de saberes, seu papel político e profissional em uma nova contemporaneidade econômica, política, social e multicultural, em um contexto que aponta para novas exigências e perspectivas profissionais.

É nesse cenário que se delineia uma nova configuração teórico-prática e ética para esse Pedagogo, considerando seu futuro desse profissional, e como pretende assumir a escola básica e outros espaços educativos como campo de estudo e de trabalho. Nesse sentido, este estudo tem grande relevância porque se propõem a refletir sobre o desenho curricular do curso em questão, pois, o corpo docente e alunos egressos do curso do curso de Pedagogia da UFPA/ Abaetetuba anseiam por essa reformulação.

Pensar na reestruturação do PPC do Curso de Pedagogia da UFPA é pensar a formação do educador, discutir as ações que estejam se desenvolvendo ou venham a se desenvolver; esse processo tem também como substrato a constatação que a formação dos profissionais da educação vem sendo alvo de grandes transformações ao longo de décadas, pois o Pedagogo

possui um papel importante na educação brasileira e local, dessa forma, as mudanças no currículo do curso de Pedagogia/Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA, buscará atender os princípios da formação inicial e continuada de acordo com as DCNS de 2015, mantendo o compromisso com projeto social, político e ético para a consolidação de uma nação democrática, justa e inclusiva, contrária a toda forma de discriminação, a compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização, o projeto de restruturação do PPC do Curso de Pedagogia da FAECS-Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA, pretende incluir no currículo do curso conhecimentos obrigatórios como:

- Educação Escolar Indígena;
- Educação e Direitos Humanos;
- Educação Escolar Quilombola;
- Educação Profissional e Tecnológica;
- Educação Inclusiva;
- Libras;
- Educação do campo;
- Educação de Jovens e Adultos;
- Educação à Distância;

E disciplinas flexibilizadas:

- Trabalho e Educação – 45 horas
- Movimentos Sociais e Educação – 45 horas
- Ideias Pedagógicas no Brasil – 45 horas
- Educação e Saúde – 45 horas
- Educação e Justiça – 45 horas
- Conservação de Ecossistemas – 45 horas (educação do campo)
- Educação Ambiental – 45 horas (educação do campo)
- Inglês Instrumental – 45 horas (letras)
- Concepção e Metodologia do Ensino de Cegos – 45

O PPC está em avaliação na Pro Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) e deve retornar para ajustes, depois será definitivamente aprovado no Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE), em seguida o conselho da FAECS aprovará Resoluções (de estágio, de TCC, e de atividades complementares)[11].

[11] Slides do Novo PPC do Curso de Pedagogia da FAECS/ Arquivo pessoal Profa. Dra. Joyce Ribeiro

Neste sentido, ao tomarmos como referência os estudos atuais, analisamos que o uso do modelo de competências nas políticas educacionais listadas no documento das Diretrizes (CNE, 2002, p. 3), que caracterizam a discussão dos conteúdos e métodos das disciplinas atualmente usadas para a formação de professores, está desatualizado, e precisa de uma nova concepção de currículo como espaço de produção de novos conhecimentos e possibilite a formação multilateral dos educadores, para lidar com as novas técnicas e os instrumentais do ensino (tecnologia) e da ciência aplicada no campo do ensino e da aprendizagem, incluindo a visão instrumental da investigação, da pesquisa, e do aperfeiçoamento da prática pedagógica e a individualização do processo de formação continuada (idem, ibid.). Nessa perspectiva, a proposta curricular do curso de Pedagogia no Campus de Abaetetuba está passando por um processo de reformulação, de acordo com os anseios dos diferentes setores acadêmicos.

Segundo Gatti (2016, p. 04) "quando um professor é bem formado, ele detém um saber que alia conhecimento e conteúdos à didática e às condições de aprendizagem para segmentos diferenciados". Tal posição é reforçada também nos argumentos de Franco (2008, p. 94) que sublinha que a Pedagogia e a didática, a partir das suas responsabilidades científica e social, possibilitam a integração do educativo com o pedagógico e assim a construção de espaços de significação para as práticas docentes[12],

2.4. O PPC, as DCNS e o atual ataque à tarefa docente.

É importante salientar que as DCNS aprovadas pelo CP/CNE, e sancionadas pelo MEC no ano 2015, apresentam os seguintes subsídios e concepções para a melhoria da formação inicial e continuada; fundamentada na LDB reproduz e amplia os princípios que devem basear o ensino, dentre eles está a necessidade de "construir novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a democracia e com o rompimento de diferentes formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa". Isto significa que desde a educação infantil, é possível e recomendável, trabalhar temas ligados a gênero e sexualidade nas escolas, de acordo com a faixa etária específica, segundo as DCNS para o Ensino Fundamental Art. 16:

> Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global,

[12] RPGE–Revista on line de Política e Gestão Educacional, v.21, n.1, p. 215-226, 2017. <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/viewFile/10603/687>Acesso em: 03 de Jan de 2019.

> regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo (RESOLUÇÃO n. 7/2010, p. 134).

Isto nos leva a observar que, com o parecer homologado e com fundamentação na LDB, as diretrizes reforçam a relação entre as experiências relativas a gênero e sexualidade, a busca pela construção de valores próprios e a importância relevância de aprender com a diferença, são importantes durante a etapa da escolarização obrigatória de crianças e jovens. Eles passam por grandes transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais e, nesse período da vida, modificam as relações sociais e os laços afetivos, intensificando suas relações com os pares de idade e as aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero, acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios; portanto, as dimensões pedagógico-culturais permite conhecer e reconhecer o outro e a si mesmo, respeitando as diferenças relacionadas a gênero e sexualidade:

> O conhecimento de valores, crenças, modos de vida de grupos sobre os quais os currículos se calaram durante uma centena de anos sob o manto da igualdade formal, propicia desenvolver empatia e respeito pelo outro, pelo que é diferente de nós, pelos alunos na sua diversidade étnica, regional, social, individual e grupal, e leva a conhecer as razões dos conflitos que se escondem por trás dos preconceitos e discriminações que alimentam as desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual, das pessoas com deficiência e outras, assim como os processos de dominação que têm, historicamente, reservado a poucos o direto de aprender, que é de todos[13]. (PARECER, 2010, p. 15)

Diante de tantos direitos adquiridos, há uma ofensiva da extrema direita para por um fim nesta demanda na escola básica brasileira, então, sobre o comando do Deputado Erivelton Santana do Partido Político Patriota, o projeto de lei (PL) 7.180/14, também conhecido como “Escola Sem Partido”, tramita desde 2014 na Comissão Especial na Câmara dos Deputados. A ideia inicial do PL é proibir professores de manifestar posicionamento político, ideológico e de gênero em sala de aula, o que os deputados chamam de “doutrinação”; desse modo, o projeto de lei busca a proibição de conteúdos pedagógicos que tratem de questões como “orientação sexual”, “educação sexual”, “ideologia de gênero” ou a diversidade religiosa.

---

[13] Parecer Homologado despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 9/12/2010, Seção 1, Pág. 28.<<http://portal.mec.gov.br/index. >>Acesso:23 de jan. 2019.

> O texto propõe incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), um novo item que estabelece a prioridade dos valores de ordem familiar sobre a Educação escolar em temas relacionados à Educação moral, sexual e religiosa; segundo os defensores, esses temas poderiam ferir ou desconstruir os valores das famílias e estimular um determinado comportamento sexual: São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes[14] (Art. 3º do PL, Nº. 867/2015).

Há vários debates e duras críticas de professores e de vários setores da sociedade e da mídia sobre a "Lei da Mordaça", pois, tal projeto, é inconstitucional por ofensa à liberdade de expressão dos professores, o argumento mais repetido é não existir imparcialidade, não existe pessoa sem ideologia partidária e política, e a escola é um espaço para debates e transformações, o Projeto de lei confunde a educação escolar com a educação proporcionada pela família, e apesar de, muitas vezes, terem pontos em comum, ambas se distinguem: a família ensina bons modos e valores e o papel do professor é ensinar e formar um pensamento crítico, de maneira que o aluno reflita sobre os acontecimentos da vida e tire suas próprias conclusões.

Apple (1997 apud MOREIRA e LOPES, 1997, p. 234-235) ilustra significativamente essa luta e essas críticas, evidenciando as mais recentes preocupações e construções teóricas, reafirmando que o trabalho pedagógico precisa ser crítico, o que implica conectar-se com movimentos sociais e grupos que continuamente desafiam as relações de exploração e dominação; o autor caracteriza a política do conhecimento oficial como uma política de acordos e alianças que se processam em diferentes níveis:

- No nível do discurso político e ideológico,
- No nível das políticas estatais,
- No nível do conhecimento que se ensina nas escolas
- E no nível correspondente à nossa compreensão de tudo isso.

Segundo Apple (1997 apud MOREIRA e LOPES, 1997, p. 235), são as classes e grupos sociais dominantes que definem as necessidades educacionais; o autor afirma que os acordos referentes às formas dos currículos, do ensino e dos procedimentos de avaliação nas escolas são sempre frágeis, temporários, o que reserva espaço para atividades contra hegemônicas, que a direita está ganhando, porque ela esta redirecionando o senso comum para o conservadorismo; essa reestruturação do senso comum, aponta Apple, é o resultado de

[14] O Projeto de Lei nº 867/2015, de autoria do deputado federal Izalci Lucas (PSDB/DF), que inclui o Programa Escola sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional, é conflitante com o ordenamento jurídico brasileiro e, em alguns aspectos, está eivado de inconstitucionalidade.

nossos conflitos, medos e desejos pré-existentes, de concepções construídas de que as pessoas do bem são prejudicadas pelos direitos conferidos a negros, mulheres e homossexuais.

> À medida que se aprofunda a preocupação com a influência de raça e gênero, além da classe social, nos elementos de discriminação e/ou libertação presentes nos currículos, acentua-se o foco nas contradições, nos conflitos e nas resistências que ocorrem no encontro pedagógico. O pessimismo das teorias da reprodução acaba substituído pela perspectiva mais otimista das teorias da resistência. (MOREIRA 2001, p. 22)

Estamos no século XXI, e retrocedendo para o século XX, o século XX, mais precisamente ano de 1964 em plena Ditadura Militar onde professor era impedido de ensinar, vigiado e chamado de doutrinador, onde livros didáticos ignoram temas como diversidade, sexualidade, gênero e etnias, onde ilustrações que retratam a diversidade da população brasileira são retiradas dos livros junto com as referências bibliográficas; que país é esse, onde o Ministro da Educação Ricardo Vélez Rodrigues declara que é necessário combater a "Ideologia de Gênero" nas escolas e o marxismo cultural supostamente presente em instituições de educação básica e superior[15].

A ideia de uma escola "sem" partido, ganhou força a partir do fundamentalismo religioso que se tornou força política no Brasil; a bancada evangélica com uma ideologia ultraliberal, propõe medidas para impedir que professores e professoras se expressem em sala de aula, e discutam assuntos considerados "impróprios"; tal bancada conservadora combate à chamada ideologia de gênero, defendem a escola sem partido e são contra a suposta doutrinação marxista.

Goodson (2008, p. 11) tenta demostrar que o currículo escolar que existe hoje é fruto de uma construção histórica em que estivaram presentes conflitos sociais, rupturas e ambiguidade, de acordo com o autor, os educadores mostram interesse em estabelecer um currículo igualitário, com necessidade de diálogo, mas infelizmente a reconstrução do conhecimento e do currículo está muito distante da realidade (alienadas).

> Currículo é uma palavra chave, pois "como qualquer outra reprodução social, ele constitui o campo de toda sorte de estratagemas, interesses e relações de dominação" Coloca ainda que o currículo escrito tem ao mesmo tempo um significado simbólico e um significado prático, quando indica as intenções inseridas no currículo escrito, com o propósito de avaliação dos órgãos externos. Em síntese "o currículo escrito não passa de um testemunho visível, público e sujeito a mudanças, uma lógica que se escolhe para, mediante sua retórica, legitimar uma escolarização" (GOODSON, 2008, p. 17).

[15] RODRIGUES, Ricardo Vaz - cerimônia de posse em Brasília, 2 de janeiro de 2019.

Precisamos resistir a esse novo projeto de educação, onde a extrema direita impõe as regras contra o "politicamente correto". Frigotto (2017, p. 8) sintetiza: "A função docente no ato de ensinar tem implícito o ato de educar". É o ato de educar, como mediação complexa da formação humana, que é alvo do conservadorismo das elites empresariais e de grupos político-religiosos por intermédio de seus intelectuais e parlamentares comprometidos com o atraso em termos inquisitoriais: "A Pedagogia da confiança e o diálogo crítico estão sendo substituídos por uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores[16]". O retrocesso é evidente, o contexto global busca o desenvolvimento de competências, construção de seus currículos, adotando avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE). Entre eles, Austrália, Portugal, França, Polônia, Estados Unidos, Chile e Peru[17]. O contexto brasileiro tem demandado mudanças curriculares exigidos pelos mecanismos internacionais, por mais que, o Ministério da Educação tenha elaborado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional de Cursos (Provão), a Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação e a Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação o Brasil continua entre os últimos lugares.

De acordo com Sacristán:

> A escola contribuiu consideravelmente para fundamentar e para manter a ideia de progresso como processo de marcha ascendente na História; assim, ajudou a sustentar a esperança em alguns indivíduos em uma sociedade, em um mundo e em um porvir melhores. (SACRISTÁN, 2001, p. 21)

Ainda para o autor, a expansão da oferta de educação escolar, apesar de ser fruto da luta dos trabalhadores, é também a garantia burguesa de que suas ideologias sejam difundidas e ainda de gerenciar pelo viés político as próprias crises do sistema capitalista; o centro deste campo de tensão é o conhecimento. Convém ainda perceber que a escola que não deseja formar a criticidade de seus educandos assume como tarefa qualificar minimamente o exército

[16]https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/velez-exalta-igreja-e-familia-e-diz-que-mec-vai-combater-marxismo-cultural.shtml>;Acesso:04 de janeiro de 2019.

[17] BNCC/Ensino Médio, documento homologado pela Portaria n° 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, Pág. 146.

industrial de reserva necessário ao capital. Segundo Frigotto (2017, p. 28-29), os novos Pedagogos são intelectuais ligados aos organismos econômicos, “Guardiões do Capital”, institutos privados e organizações sociais ligados a grupos empresariais reunidos em torno do programa “Todos pela Educação”, mas, uma educação que convém ao mercado.

No cenário educacional do nosso País, a escola é o lugar importante no processo de subjetivação de crianças, jovens e adultos, eles têm a oportunidade de aprender conteúdos novos, mas também de expandir suas visões de mundo, e isso esta incomodando os políticos da estrema direita, que por sua vez apostam em um modelo de educação onde professores/as sejam meros executores.

As mudanças nas DCNS caminham na contramão, pois tínhamos Diretrizes Curriculares que consideravam a gênero e sexualidade, diversidade e a pluralidade, temas indispensáveis para serem discutidos em sala de aula; hoje, querem que o trabalho pedagógico seja voltado para uma educação bancária e neotecnicista, então, trabalhar com os alunos/as o pensamento crítico, tornou-se uma forma de doutrinação esquerdista. Nesse cenário, Paulo Freire passou a ser visto como o grande vilão da educação, e a mais nefasta consequência é que uma história de lutas por educação de qualidade, valorizando educandos e educandas, educadores e educadoras, cede lugar a mudanças negativas que nos colocam atrás de outros países no plano educacional; todo esforço feito no passado está sendo enterrado por um paradigma da extrema direita.

Portanto, discutir O PPC, as DCNS e o atual ataque à tarefa docente faz parte da formação do Pedagogo, o Brasil está passando por uma crise politica onde o profissional da educação está sendo atacado pelo ato de ensinar, é de fundamental importância a Reestruturação do PPC do Curso de Pedagogia da FAECS/Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA, pois, precisamos resgatar a identidade do Pedagogo, seu *lócus*, seu compromisso com projeto social, político e ético para a consolidação de uma nação democrática, justa e inclusiva, contrária a toda forma de discriminação.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo de estudo a acompanhar a trajetória histórica de reestruturação do PPC do curso de Pedagogia da UFPA Campus-Abaetetuba. A pesquisa bibliográfica e documental permitiu a investigação parcial do currículo do curso de Pedagogia, em toda sua luta, sua resistência e sua transformação. Ao analisar a qualidade da formação dos Pedagogos no Campus de Abaetetuba para o exercício da prática pedagógica, à luz de seu PPC, foi possível compreender a importância do currículo para a formação desse profissional.

Este trabalho nos levou a reflexão sobre a reestruturação do PPC do curso de Pedagogia no Campus de Abaetetuba e a necessidade de se construir um projeto político-pedagógico pautado em uma concepção de sociedade que defenda a educação pública, gratuita, laica e com qualidade social, podendo ser um passo importante para a superação da dimensão técnica já desgastada da estrutura curricular que norteia a formação do Pedagogo.

O PPC de 1999 tem como base formar Pedagogos/as para o mercado de trabalho, profissionais que assumam a escola básica e outros espaços educativos como campo de estudo e de trabalho, seguindo as necessidades sociais e as opções individuais, o objetivo da organização curricular do PPC de 1999 era privilegiar os conteúdos/disciplinas, permitindo um ensino teórico-prático que tenha o domínio do conhecimento como referência dessa formação, optando por métodos e recursos que traduzam uma concepção de mundo, de sociedade e de humanização, identificada com a transformação da realidade social, pretende consolidar uma nova identidade profissional do Pedagogo, a partir de uma base de formação que contemple um conjunto articulado de conhecimentos mínimos necessários, que o qualifique para atuar nos espaços educativos formais e não formais numa perspectiva de totalidade. Isso responde à necessidade de superar a fragmentação do curso, caracterizada principalmente pelas chamadas habilitações.

Em 2007, foi formada comissão de docentes do Colegiado da faculdade, que sentiram a necessidade de reestruturação do currículo do curso de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba, devido à reformulação da estrutura acadêmica. Pouca coisa mudou no currículo do curso de Pedagogia da UPFA-Abaetetuba, a necessidade de reformulação do PPC continua sendo discutida, e toda vez que é formada uma nova comissão para se discutir sobre a reformulação e iniciar os trabalhos, o governo federal, publica uma nova normativa, uma nova Diretriz Curricular, que leva a uma nova adaptação do PPC com base nessas normativas. Pensar na reestruturação do PPC do Curso de Pedagogia da UFPA é pensar a formação do

educador, discutir as ações que estejam se desenvolvendo ou venham a se desenvolver; esse processo tem também como substrato a constatação que a formação dos profissionais da educação vem sendo alvo de grandes transformações ao longo de décadas, pois o Pedagogo possui um papel importante na educação brasileira e local.

A Resolução Nº. 2 de 1º de Julho de 2015, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, os cursos de licenciatura, os cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura e para a formação continuada, de acordo com: CNE/CP nº. 1 de 11 de fevereiro de 2009, CNE/CP nº. 3 de 15 de junho de 2012, e as Resoluções CNE/CEB nº. 2 de 19 de abril de 1999, e CNE/CEB nº. 2 de 25 de fevereiro de 2009, as DCNS da Educação Básica, bem como o Parecer CNE/CP nº. 2 de 9 de junho de 2015, assim, ficam instituídas no Art. 1º da presente Resolução: As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação Inicial e continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, os princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão, programas e nos cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam (Parecer CNE/CP nº. 02/2015, p. 2,3). A estrutura curricular fica definida no Art. 13, inciso 1º: Os cursos de formação inicial do Magistério da Educação Básica em nível superior terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos.

Nesse sentido, a LDBN (9394/1996), as DCNS para o Curso de Pedagogia (Resolução nº 1/2006, nº 2 2015) e as orientações do Plano Nacional de Educação- PNE e demais normas emanadas pelo Ministério da Educação (MEC), recomendam para a formação de professores, a flexibilização na oferta do curso, de maneira a oferecer ao aluno ingressante possibilidades de escolhas mais adequadas ao percurso de sua formação. Nesse sentido, espero que o projeto de reestruturação do curso de Pedagogia da UFPA-Abaetetuba, elenque como princípios norteadores da proposta formativa: a diversidade, a pluralidade, a autonomia, a investigação, relação teoria e prática, conceitos fundamentais para construção e reconstrução do conhecimento. Assim, o curso define o papel do professor-pedagogo, capaz de investigar, refletir, gerar conhecimento, gerir e ensinar tanto no âmbito escolar como em espaços não escolares.

Dada à relevância da temática, torna-se fundamental haver uma maior exposição do tema, “A Reestruturação do PPC do Curso de Pedagogia do Campus de Abaetetuba: o currículo em questão”, para que alunos/as e professores/as possam tem acesso e discutir sobre

a formação de professores; dessa forma, espera-se que esse trabalho possa contribuir para a formação de novos profissionais, pois, os avanços no campo científico-tecnológico, a globalização da cultura, os movimentos sociais por uma educação mais inclusiva, entre outras questões, impactaram o mundo educativo com a exigência de um novo perfil de cidadão e de profissional.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. **Conhecimento oficial**. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Petrópolis. Vozes, 1997

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases. Brasília, 1996;

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996;

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases. Brasília, 1996;
De Pedagogos e Professores: balanço de uma década das diretrizes curriculares dos cursos de pedagogia no Brasil In: Revista Internacional de Formação de Professores. V.2, n.1, jan./mar (2017);

_____. Diretrizes curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. Educ. Soc. Vol.27. Nº 96. Campinas. Out. 2006. Disponível em: Acesso em: 08 de out 2018.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer 02/98 e Resolução 01/99, Brasília, MEC/CNE/CEB, 1999;

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério de Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretoria de Currículos e Educação Integral**. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p.

FRANCO, Maria A. do R.S. **Pedagogia como ciência da educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio: **Escola "sem" partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / organizador. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144 p

FONSECA, J. J. S**. Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história.** 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001 a. Editora da UFPR.

_____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

MOREIRA, F. B, **“Currículo, diferença e diálogo. Educação e Sociedade”,** vol. 23, nº 79, Campinas, 2001.

MOREIRA, A. F. B. **A configuração atual dos estudos curriculares: a crise da teoria crítica.** Conferência apresentada no concurso para Professor Titular de Currículo e Ensino, Faculdade de Educação da UFRJ, Rio de Janeiro, março de 2010.

SACRISTAN, G. **Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução de Ernani Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei. **Marxismo e Educação- Debates contemporâneos**. Autores associados, p. 225-273, 2008.

ANEXOS

ANEXO I

DESENHO CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DE 1999

NÚCLEO	DIMENSÃO	DISCIPLINAS CORRELATAS	CH
BÁSICO	Fundamentação do Trabalho Pedagógico	1. Filosofia da Educação	75
		2. História Geral da Educação	75
		3. Sociologia da Educação	75
		4. Psicologia da Educação	75
		5. Antropologia Educacional	60
		6. Biologia da Educação	60
		7. História da Educ. Brasileira e da Amazônia.	60
		SUB-TOTAL	**480**
	Pesquisa e Prática Pedagógica	1. Pesquisa Educacional	60
		2. Metodologia da Pesquisa em Educação	60
		3. Seminários de Pesquisa	105
		4. Laboratório de Pesquisa	60
		5. TCC	60
		6. Prática Pedagógica	60
		7. Prática de Ensino na Educação Infantil	60
		8. Prática de Ensino na Escola Fundamental	60
		9. Prática de Ensino na escola Normal	60
		10. Estágio Supervisionado	60
		SUB-TOTAL	**645**
	Currículo, Ensino e Avaliação	1.Concepções Filosóficas da Educação	60
		2.Teoria do Currículo	60
		3. Fundamentos da Didática	60
		4. Psicologia da Aprendi. e do	60
		Desenvolvimento 5. Avaliação	60
		Educacional	60
		6. Corporeidade e Educação	60
		7. Fundamentos da Educação Especial 8.	45
		Tecnologias Informáticas e Educação	
		SUB-TOTAL	**465**
		SUB-TOTAL DO NÚCLEO	**1590**
ESPECÍFICO	Trabalho Docente na Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio - Modalidade Normal	Fund. Teórico-met. do Ensino de Português.	75
		1Fund, Teórico-met. do Ensino de Matemática	75
		2. Fund. Teórico-met. do Ensino de Ciências.	75
		3. Fund. Teórico-met. do Ensino de História.	75
		4. Fund. Teórico-met. do Ensino de Geografia.	75
		5. Fund. Teórico-met. da Educação Infantil.	75
		6. Didática e Formação Docente	60
		7. Psicogênese da Linguagem Oral e Escrita	60
		8. Arte e Educação	60
		9. Ludicidade e Educação	45
		SUB-TOTAL	**675**
	Organização e Gestão do Trabalho Pedagógico	1. Gestão de Sistemas e Unidades Educacional	60
		2. Sociedade, Estado e Educação	60
		3. Política Educacional	60
		4. Sociedade, Trabalho e Educação.	60
		5. Estatística Aplicada à Educação	60
		6. Organização do Trabalho Pedagógico	60
		7. Planejamento Educacional	60
		8. Coordenação Pedagógica em Ambientes Escolares	60
		9. Legislação da Educação	60
		10. Pedagogia em Ambientes Não escolares	45
		SUB-TOTAL	**585**
		SUB-TOTAL DO NÚCLEO	**1260**
		TOTAL GERAL	**2850**

ANEXO II

CURRICULO DO CURSO DE PEDAGOGIA- FLUXOGRAMA DE 1999

1º SEMESTRE	CH	2º SEMESTRE	CH
01. Filosofia da Educação	75	01. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento	60
02. Historia Geral da Educação	75	02. Concepções Filosóficas da Educação	60
03. Sociologia da Educação	75	03. Pesquisa Educacional	60
04. Psicologia da Educação	75	04. Legislação da Educação	60
05. Corporeidade e Educação	60	05.Fundamentos da Didática	60
		06. Hist. Ed. Brasil e Amazônia	60
	360	**TOTAL**	**360**

3º SEMESTRE	CH	4º SEMESTRE	CH
01. Psicogênese da Linguagem Oral e Escrita	60	01. Pratica Pedagógica da Educação	60
02. Arte e Educação	60	02. Fund. Teórico-Metodológicos do Ensino de Ciências.	75
03. Antropologia Educacional	60	03. Biologia da Educação	60
04. Teoria do Currículo	60	04. Fund. Teórico-Metodológico do Ensino de Matemática.	75
05. Ludicidade e Educação	45	05. Seminário de Pesquisa	60
06. Fundamentos Teoricos-Metodol. Da Educação Infantil	75		
TOTAL	**360**	**TOTAL**	**330**

5º SEMESTRE	CH	6º SEMESTRE	CH
01 Fundamentos Teórico - metodológicos do Ensino de Português	75	01. Laboratório de Pesquisa	60
02. Didática e Formação Docente	60	02. Prática de Ensino na Escola Fundamental	60
03. Educação Especial	60	03. Avaliação Educacional	60
04. Metodologia da Pesquisa em Educação	60	04. Fundamentos Teóricos - metodológicos do Ensino de Geografia	75
05. Prática de Ensino na Educação Infantil	60	05. Fundamentos Teóricos - metodológicos do Ensino de História	75
06. Seminário de Pesquisa	45		
TOTAL	**360**	**TOTAL**	**330**

7º SEMESTRE	CH	8ºSEMESTRE	CH
01. Sociedade, Trabalho e Educação.	60	01. Planejamento Educacional	60
02. Estatística Aplicada à Educação	60	02. Coordenação Pedagógica em Ambientes Escolares	60
03. Gestão de Sistemas e Unidades Educacionais	60	03. Estágio Supervisionado	60
04. Organização do Trabalho Pedagógico	60	O4. Política Educacional	60
05. Prática de Ensino na Escola Normal	60	05. Sociedade, Estado e Educação.	60
06. Tecnologias Informáticas e Educação	45	06. Pedagogia em Ambientes Não escolares	45
TOTAL	**345**	**TOTAL**	**345**

ANEXO III

PORTARIA 01/2017-FAECS – MEMBROS DA COMISSÃO DE REESTRUTURAÇAO DO PPC DA FAECS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

PORTARIA Nº 01/2017 – FAECS

O Diretor da Faculdade de Educação e Ciências Sociais, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as competências que lhe são conferidas pela Portaria n.392/2016-Reitoria, e de acordo com a decisão do Conselho desta Faculdade em reunião extraordinária ocorrida no dia 27/04/2017.

Resolve:

Nomear como membros da Comissão de Reestruturação do PPC da Faecs, os docentes abaixo relacionados:

Alexandre Augusto Cais e Souza
(Presidente)

Bruno Rodrigues dos Santos
(Membro)

Jadson Fernando Garcia Gonçalves
(Membro)

Joyce Otânia Seixas Ribeiro
(Membro)

Maria do Socorro Pereira Lima
(Membro)

Vilma Nonato de Brício
(Membro)

Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data e, de acordo com a legislação vigente, esta comissão dispõe de 30 dias para concluir os trabalhos.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Abaetetuba, 10 de maio de 2017.

Prof. Dr. Jadson L. F. Gonçalves,
Diretor da Faculdade de Educação e Ciências Sociais (FAECS)
Portaria nº 392/2016 - REITORIA

ANEXO IV

COMISSÃO DE PCC

PLENÁRIA: 04/04/2018 ÀS 16h

NDE: 09/04/2018 ÀS 9h

1 HISTÓRICO DA UFPA – Jadson Gonçalves e Socorro
1.1 Histórico da UFPA
1.2 Missão, Visão, Princípios Norteadores da UFPA.
1.3 Caracterização da UFPA como instituição responsável pela produção de conhecimento para desenvolvimento social e econômico da Região Amazônica
1.4 Contextualização da área de conhecimento do curso, considerando a origem, os avanços sociais e tecnológicos e os impactos na atualidade, além da importância ao ensino, à pesquisa e à extensão.
2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO – Joyce Ribeiro
3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO – Dinair da Hora
4 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO - Joyce Ribeiro
4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO – Vilma Brício.
4.2 OBJETIVO DO CURSO – Joyce Ribeiro
Geral
Específicos
4.3 PERFIL DO EGRESSO – Alexandre Cals
4.4 COMPETÊNCIAS – Alexandre Cals
4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS – Dinair da Hora
5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO – Dinair da Hora
5.1 APRESENTAÇÕES DA ESTRUTURA DO CURSO – Dinair da Hora
5.2 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO – Alexandre Cals
5.3 ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS – Vilma Brício
5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES – Joyce Ribeiro
5.5 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR – Jadson Gonçalves
5.6 POLÍTICA DE PESQUISA - BRUNO
5.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO - BRUNO
5.8 POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL - BRUNO
6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE – Jadson Gonçalves
7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO – Dinair da Hora
7.1 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO – Dinair da Hora
7.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM – Dinair da Hora
7.3 AVALIAÇÃO DO ENSINO – Dinair da Hora
7.4 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO – Dinair da Hora
8 INFRAESTRUTURA
8.1 DOCENTES
8.2 TÉCNICOS
8.3 INSTALAÇÕES
8.4 RECURSOS MATERIAIS

ANEXO V

FOLDER DO I ENCONTRO DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - I EPED